

1. DECRETO QUE CONSOLIDA REPERTÓRIO DE DECRETOS SOBRE A TEMÁTICA DA PESSOA IDOSA, COM O INTUITO DE MELHORAR A CLAREZA E CONCISÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO SOBRE O TEMA E FACILITAR O ACESSO DOS CIDADÃOS À LEGISLAÇÃO SOBRE A PESSOA IDOSA.

2. DECRETO QUE CRIA CONSELHO PARA A PREPARAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE ACESSÃO DO BRASIL À ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE.

3. DECRETO QUE REVOGA EXPRESSAMENTE 324 DECRETOS CONSIDERADOS IMPLICITAMENTE REVOGADOS OU COM EFICÁCIA PREJUDICADA, VISANDO SIMPLIFICAR O ARCABOUÇO NORMATIVO BRASILEIRO.

4. PROJETO DE LEI QUE VISA DECLARAR A REVOGAÇÃO EXPRESSA DE 583 LEIS E DECRETOS-LEI CONSIDERADOS IMPLICITAMENTE REVOGADOS OU COM EFICÁCIA PREJUDICADA, VISANDO SIMPLIFICAR O ARCABOUÇO NORMATIVO BRASILEIRO.

5. DECRETO QUE ALTERA O CONSELHO SUPERIOR DO CINEMA, TRANSFERINDO-O DA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA PARA A ESTRUTURA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, VISANDO FORTALECER A ARTICULAÇÃO E FOMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À ÁREA CINEMATOGRAFICA NACIONAL

6. DECRETO QUE AMPLIA CRITÉRIOS GERAIS DE OCUPAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO PARA OS DEMAIS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, A PARTIR DE PRIMEIRO DE AGOSTO DE 2019.

7. MEDIDA PROVISÓRIA QUE POSSIBILITA QUE A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO MANTENHA A SITUAÇÃO ATUAL DE PESSOAL DE APOIO COM OS REQUISITADOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL ATÉ UM ANO APÓS A LEI COMPLEMENTAR QUE PODERÁ ALTERAR O MÉTODO DE CORREÇÃO DO TETO DE GASTO PÚBLICO, OCASIÃO EM QUE SERÁ VERIFICADO O ESPAÇO ORÇAMENTÁRIO PARA A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DA DEFENSORIA.

8. PROMULGAÇÃO DE LEI QUE INSTITUI A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA CARACTERIZAÇÃO DO QUEIJO ARTESANAL, BEM COMO REGULAMENTA A LEI 1283 QUE TRATA DO SELO ARTE QUE É O SELO QUE IDENTIFICA OS PRODUTOS ARTESANAIS.

9. DECRETO QUE REGULAMENTA A LEI 1283 QUE DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM ANIMAL PRODUZIDOS DE FORMA

ARTESANAL, COM A IDENTIFICAÇÃO DESSES PRODUTOS POR UM SELO COM “INDICAÇÃO DE ARTE”.

10. LEI No 13.861 que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos.